

XVI SEMINÁRIO
DE INTEGRAÇÃO

25 E 26
OUTUBRO
de 2017

DO GLOBAL AO LOCAL: O PODER DAS ESCALAS SOBRE O TERRITÓRIO



Shopping Popular Michel Haddad: Conflitos no uso da Área Central de Campos dos Goytacazes/RJ e a Proposta de Reforma Local

Raquel Xavier Campos Souza¹

Grupo de Trabalho: ST2. Cidades, Política Urbana e Processos Sociais

Resumo:

Este trabalho trata do comércio ambulante no Centro de Campos dos Goytacazes, tendo como objeto o “camelódromo”, chamado de Shopping Popular Michel Haddad, que se localiza em uma área central e de grande circulação da cidade. Tem como objetivo principal situar os conflitos gerados em relação ao Shopping Popular Michell Haddad, tendo em vista que a presença dos ambulantes ao longo dos anos gerou questionamentos pelos atores, que compreendem a utilização deste local como: instituições, associações, comerciantes formais, ambulantes e poder público municipal. A solução dada aos conflitos veio a ser a proposta de reforma do espaço, o que envolvia a transferência provisória do *lôcus* produtivo dos trabalhadores. A retirada do local guiou-se por um discurso de melhoria na transição do ano de 2014-2015; contudo, a reforma culminou em impactos e novas adaptações à dinâmica dos trabalhadores. Como método, utiliza-se a revisão bibliográfica, por meio de um debate sobre a informalidade e suas nuances no mercado de trabalho, e, ao final, apresentam-se as entrevistas direcionadas aos trabalhadores do local, realizadas no final de 2016, mediante o método “bola de neve”, baseado em uma pesquisa qualitativa e em um trabalho de campo para construção do trabalho de conclusão do curso de Pós-Graduação em Políticas Sociais e Serviço Social Contemporâneo da UFF, Campos dos Goytacazes.

Palavras-chave: Shopping Popular Michell Haddad. Território. Conflitos. Problema público.

¹Bacharel em Serviço Social pela Universidade Federal Fluminense
Pós-graduada em Políticas Sociais e Serviço Social Contemporâneo pela Universidade Federal Fluminense.
Mestranda em Políticas Sociais pela Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro
ss.rxavier@gmail.com

Introdução

Com o advento da modernidade, as cidades, enquanto demarcações de um espaço público, se colocam como o lugar das individualidades dos sujeitos, que, pelo aprofundamento das relações econômicas e pelos domínios intelectuais, fomentam o mercado, e neste viés o trabalho e sua divisão demarcarão condições de igualdade e desigualdade. Deste modo, as grandes cidades produzem e particularizam condições estabelecidas no que diz respeito ao tempo e ao espaço, como propõe GIDDENS (1991); a modernidade tem um aspecto multidimensional, o que exige dos indivíduos ultrapassar os limites físicos impostos na construção das mesmas, suscitando, desta forma, conflitos, vitais para a funcionalidade da vida nas grandes cidades. Assim, pode-se dizer que as grandes cidades são os lugares das diferenças (formas de vidas, indivíduos, tempos e espaços, entre outros), que existem e coabitam nos mesmos espaços, gerando assim os conflitos tanto no plano das perspectivas individuais quanto no compartilhamento da vivência social no seio das grandes cidades em condições modernas.

Há que se evidenciar que as mudanças que o mundo viveu pós-1990, a partir da lógica globalizante, revelam mudanças tanto no social e suas relações quanto nos espaços de trabalho, modificando o modo de produção e a mão de obra dos trabalhadores. Segundo MOTA (2010), a reorganização do trabalho acarreta o desaparecimento de algumas funções e o surgimento de outras, transformando o perfil da força de trabalho e implicando na exclusão da força de trabalho excedente. Deve-se buscar o entendimento do processo de trabalho e os significados, com o entendimento da produção social para além da produção material. Atrelado a estas ideias neoliberais que marcaram o século XX, evidencia-se o aprofundamento do

número de empregos não industriais e crescente meios das relações de trabalho por diversas formas, como: terceirização, subcontratação, trabalho autônomo, informal, o que diversifica e torna o espaço do trabalho heterogêneo.

A partir de 1972, a Organização Internacional do Trabalho se atém ao conceito de setor informal, o que pode ser visto pelo viés da modernização dos países subdesenvolvidos, a partir da coexistência de formas tradicionais e modernas de trabalho, como saída da pobreza. Contudo, questionava-se também que a modernização dos países subdesenvolvidos estaria ligada a não mais dependência dos países desenvolvidos. O recurso encontrado como solução deste quadro pautava-se na superação da pobreza a partir das questões que travavam o desenvolvimento econômico, ou seja, a partir do cerceamento dos setores e práticas não modernas. Deve-se considerar que o conceito do termo informal não é unívoco entre teóricos, pelas diversas imprecisões empíricas e teóricas que o envolvem. MACHADO DA SILVA (2003) retrata que “a noção de informalidade surgiu na década de 1960 a propósito dos problemas ligados à incorporação produtiva de crescentes contingentes de trabalhadores que se deslocavam para as cidades em todo mundo subdesenvolvido”. Tais divergências se encontram devido às possíveis manifestações deste ramo e alterações de significados, pela relação entre economia informal-estrutura social com a modernização e urbanização.

A partir da década de 80, a economia informal passa a ser considerada fator de desenvolvimento econômico, como alternativa de enfrentamento à pobreza², e possibilidade de proteção social, quando considera as formas negativas da regulação estatal, que privilegia somente os maiores empreendimentos e setores monolíticos. A este pensamento, ponderam-se as novas redefinições das políticas sociais, em que as formas de empreendedorismo econômico são vistas pelo Estado como qualitativas e incentivadas. Pode-se assim visualizar um espraiamento de novas demandas referentes às novas formas de gerir o econômico e a sociedade, portanto outra vertente posta ao mercado de trabalho, que tende a culminar no excedente de indivíduos em busca de postos de trabalho, estando mais vulneráveis a posições sociais desprovidas de amparo jurídico, evidenciando assim riscos e a

²À pobreza se juntam a instabilidade gerada pela mobilidade social horizontal endêmica- único recurso de proteção contra as adversidades- e a ausência de um código moral de conduta cristalizado que pudesse impor padrões de conduta minimamente institucionalizados. (SOUZA, 2003, p.123)

coesão social entre a relação economia e sociedade. Pode-se destacar ainda a importância deste debate na relação da economia informal, estrutura social, modernização e urbanização, em que as influências dos territórios corroboram para integração e construção da identidade destes atores sociais, no crescente desenvolvimento desta categoria. Nesta relação entre a economia e o urbano, pode-se ratificar o que MAMANI (2004) afirma havendo neste contexto, “um variado conjunto de práticas tendentes ao alcance de condições de trabalho minimamente estáveis e favoráveis aos agentes”. Sobre isto, PARK (1967) retrata que os comércios informais, em sua maioria, se agregam nos centros urbanos comerciais ao redor da vida cidadina. Neste sentido, a influência das localidades contribui para integração e construção da identidade destes atores sociais, no crescente desenvolvimento desta categoria e ampliando a ideia também de que o tamanho do comércio popular se institui como um mediador, a partir de sua área de influência.

Tais concepções corroboram para o presente estudo, a partir dos modos como a prática dos camelôs se insere no mercado e na cidade moderna como uma das manifestações típicas do trabalho informal, em que, não havendo espaço de empregos formais para todos e conseqüente desigual distribuição de recursos, esta categoria se desenvolve como condição de existência, exprimindo formas de sociabilidade e ocupação sobre os espaços inseridos.

Há que se ponderar, neste estreitamento entre relação econômica e urbana, que a contemporaneidade acaba sendo marcada pela globalização, fragmentação e exclusão, o que evidencia as polaridades do formal e do informal, moderno e tradicional, como é o exemplo do contexto do Shopping Popular Michel Haddad em Campos dos Goytacazes, em que deve-se ponderar as proximidades que o setor informal possui do comércio formal, e distanciam-se primordialmente na questão da disparidade dos tributos econômicos e quanto aos produtos contrabandeados. Quanto a isto, MACHADO DA SILVA (2002) atenta que “o par formal-informal sempre foi um importante instrumento cognitivo para avançar o entendimento das relações entre produção e reprodução social, ou entre mercado de trabalho e estratificação”. Evidencia-se, neste contexto, a importância de abordar a notoriedade para as representações dos sujeitos sociais em seu modo de ser e de agir, tendo em vista as instituições e associações a que os mesmos se vinculam, o que guiará as posturas das práticas econômicas, a partir dos aspectos localizados em uma

disposição social ativa entre indivíduos e grupos em tensão para com as relações econômicas, o que gera resistências e conflitos.

Desenvolvimento

O estudo do comércio informal nos aproxima da temática dos camelôs a partir da perspectiva do trabalho e, no caso de Campos dos Goytacazes, da problemática da regulação municipal para o exercício da atividade. A partir dos anos 90, o comércio informal foi se proliferando nas grandes metrópoles, caracterizando-se pelos conflitos nas relações de regulamentação a partir dos mecanismos de controle por parte do Estado e com comerciantes formais. Pode-se considerar que esta situação enfrentada no cotidiano dos camelôs tem relação com o que SANTOS (1990) chama de “involução metropolitana”, ligada à questão da economia regional demarcando as tipificações e especificidades de territórios e da divisão do trabalho.

(...) já que existe crescimento, mas este é paralelo à baixa do rendimento médio e à expansão do número de empregos mal remunerados. A adaptação da economia a esta involução metropolitana caracteriza-se por uma segmentação, ou seja, uma proliferação de atividades com os que diferentes níveis de capital, trabalho, organização e tecnologia. Menores que no setor moderno que surgiram como uma forma de suprir a demanda de empregos e serviços provocados por aquela modernização e que a economia monopolista não consegue atender. (SANTOS, 1990 a. p.33).

Segundo Milton Santos, sobre a teoria dos circuitos e noção de involução metropolitana, cada circuito passa a ser definido pelo “conjunto de atividades realizadas” e pelo “setor da população que se liga a ele essencialmente pela atividade e pelo consumo” (SANTOS, 1990). Pode-se analisar o caso do Shopping Popular Michel Haddad pautando-se em um circuito inferior e marginal sendo representado por atividades de interesse da população pobre e situada na área central da cidade, em que a partir das necessidades dos habitantes segundo a renda e distribuição espacial no contexto urbano se inserem e dela podem dispor, ao ser pensado a partir de suas formas de consumo e modos de produção.

O Shopping Popular Michel Haddad³ é um comércio ambulante⁴ em Campos dos Goytacazes, que se constituiu ao longo dos anos como uma prática de comércio

³ A criação do conjunto integrador de camelôs na cidade de Campos dos Goytacazes foi nomeada como Shopping Popular Michel Haddad em referência a um dos primeiros comerciantes de rua, chamado por Michel Haddad. Este, de origem libanesa, nasceu em Campos no dia 05 de julho de 1911, sendo homenageado depois de morto pelo prefeito da época, Anthony Garotinho, que batizou

popular, tendo como fixação o Centro da cidade. A presença dos camelôs é uma tradição na cidade estando ligados ao processo de modernização da mesma.

Em Campos dos Goytacazes é difícil, como no Rio de Janeiro, precisar quando apareceu o comércio informal no Centro da cidade. Há relatos de que alguns pontos existiram há mais de quarenta anos, que os vinculam ora à migração sírio-libanesa ora nordestina. Independentemente disso, os conflitos entre lojistas e camelôs transforma-se num problema público, a partir de 1985 e se soluciona em 1991 com a construção do Camelódromo. (MAMANI, 2015, p.8).

Tendo em vista que a criação do camelódromo foi uma ideia do presidente da Associação Comercial e Industrial de Campos (ACIC), Adailton Rangel, em 1992, com o objetivo de retirar os ambulantes das ruas centrais da cidade, alegando a concorrência desleal para com os outros comerciantes, a questão do pagamento de impostos e locais ocupados pelos mesmos que atrapalhavam a clientela (FREITAS, 2006).

A política municipal, a partir da criação do Shopping Popular Michel Haddad, vem com intuito de criar um lugar destinado para o desenvolvimento de suas atividades, objetivando assim a contenção e retirada dos camelôs da rua. A construção do mesmo vem como resposta das autoridades visando o ordenamento urbano, em que agregariam em um único espaço os camelôs que estavam espalhados pelas ruas centrais da cidade. Tal intervenção do poder público municipal pôde ser vista, segundo LEMOS (2001), pelos camelôs como um reconhecimento das atividades, indo ao encontro das necessidades destes. A implantação amplia a possibilidade naquele mesmo período de reduzir conflitos, com uma duração de mais ou menos quinze anos, tendo em vista que, em 2009, os conflitos voltam a reaparecer no contexto sócio-político municipal, havendo intervenção da Prefeitura Municipal, Ministério Público e Polícia Federal.

Diante disto, MANANI (2015) comenta que, segundo LEMOS (2001), “houve um incremento econômico dado o crescimento das atividades”. Por essa via, o camelô aproximar-se-ia do comerciante formal, uma vez que sua banca se torna

com o seu nome, em 07/12/1991, o Shopping Popular construído na Rua Barão do Amazonas, Centro, ao lado do Mercado Municipal.

⁴ Segundo SOTO (1987), o termo “comércio ambulante” evoca duas atividades definidas: a do vendedor que perambula pela cidade oferecendo produtos ou serviços sem um lugar fixo para se estabelecer e a do comerciante que exhibe mercadorias ou presta serviços a partir de um ponto fixo na via pública.

“quase loja”, se considerados os produtos e as práticas comerciais. Para LEMOS (2001) *apud* MAMANI (2015), “o seu estatuto do ponto de vista legal pode até ser informal, mas a maneira como estrutura as suas atividades são em observância aquele padrão válido para o comércio em geral”.

Neste sentido, ratificam-se as práticas do comércio ambulante na questão do ponto como patrimônio e apropriação do espaço público, a partir da autorização municipal. Contudo, nota-se que esta atividade se desenvolve a partir de concessões precárias, respaldadas, segundo MAMANI (2015), pela Lei nº 8.061⁵, de 10 de dezembro de 2008- Código de Posturas local.

Segundo FREITAS (2006) *apud* MAMANI (2015), a respeito do Shopping Popular Michel Haddad, nos anos seguintes, a partir de 2000, “o local preparado para este fim, atendia às necessidades, mas pelo descaso dos prefeitos posteriores, que deixaram deteriorar a estrutura e o uso do espaço, hoje é, por muitos, considerado uma bagunça, com produtos expostos até nas ruas. ”. Nos anos sucessivos a partir das leituras, nota-se a continuidade e a expansão do comércio ambulante, como no terminal rodoviário Luiz Carlos Preste, no Largo da Rua Santos Dumont e na Praça São Salvador, com intensidade nos anos de 2006-2008; com destaque que esses anos foram instáveis no que diz respeito à política municipal, por escândalos e problemas de infraestrutura na gestão da cidade. Assim, os lojistas que se credenciam na Câmara de Dirigentes Lojistas de Campos (CDL) recorrem não mais ao poder público municipal, mas sim ao Ministério Público Estadual.

Daí em diante, a partir de 2009 a situação do camelódromo passa a ser vista como desordem urbana e insegurança. Então pelas insatisfações propostas pela CDL, da CARJOPA- Associação de Comerciantes da Rua João Pessoa e ACIC, exigindo ao Ministério Público Estadual a retirada e remoção dos ambulantes no Centro, a curto prazo, e desse modo. Encaminham assinaturas através de um TAC- Termo de Ajuste de Comportamento- assinado em agosto de 2010, em que orientava a retirada dos ambulantes do Centro e inseridos junto ao Camelódromo. Como eu disse anteriormente, os comerciantes lojistas acionaram o Ministério Público, em 2006, para que os camelôs pudessem sair da área central,

^{5 5} Art. 1º -“ Esta Lei contém o conjunto de normas para a ação e o policiamento administrativos exercidos pela Prefeitura Municipal em assunto de Higiene Pública e Polícia Sanitária, de Polícia de Costumes, de Segurança, e de Ordem Pública, de Funcionamento do Comércio, Indústria e Profissões, e de Cemitério, estatuindo, disciplinando e supervisionando as necessárias relações entre o Poder Público local e os Municípios. Parágrafo único – Ainda quando a infração estiver capitulada em normas da competência de legislação federal ou estadual, a Prefeitura, no uso das prerrogativas da autonomia municipal assegurada na Carta Magna, não se omitirá no registro ou no conhecimento da ocorrência, para denunciar esta autoridade a quem dela couber conhecer, buscando, assim, as providências indispensáveis e inadiáveis.

porém o ministério acatou o pedido, no ano de 2009, quando estipulou um prazo para que os camelôs saíssem do Terminal Rodoviário Luis Carlos Prestes. Mediante a decisão do Ministério Público, o poder público municipal, após duas reuniões com os camelôs, conseguiu convencê-los a irem para o lado do camelódromo Michael Haddad, no dia 27 de dezembro de 2009, que teria uma nova cobertura para que os trabalhadores se instalassem.(ASSIS, 2011, p.78).

Desde 2009, evidenciava-se também o discurso da imprensa pela manutenção da ordem e da segurança, em que a defesa pelo ordenamento do Centro envolvia a dimensão de maiores lucros, a questão da rentabilidade do lugar como disputa entre comerciantes. Por esse viés, a presença dos camelôs é vista como prejudicial à área central na questão turística da cidade e para circulação.

A aparente solução ideal do camelódromo resultou, por exemplo, num entrave para a valorização urbana e o desenvolvimento de uma das áreas mais nobres do Centro de Campos, o entorno do Mercado Municipal. Qualquer projeto urbanístico de vulto é prejudicado pela aglomeração de camelôs, pela redução da área de circulação de pedestres e veículos e pelo crescimento dos índices de desocupados que costumam se reunir nas imediações do Mercado Municipal (...) aguardamos providências para questões preocupantes como a gradativa ocupação das principais áreas centrais da cidade por camelôs, o que desfigura a nossa cidade e prejudica o contribuinte. (FOLHA DA MANHÃ, Cadê a praça, 09/02/2000a: 07, apud Assis, 2011, p.64,65).

Até o início de 2014, o Shopping Popular Michel Haddad se situou junto às estruturas do Mercado Municipal e feira da cidade. Estas instalações comerciais inseridas próximas umas das outras acabavam por se complementar pela garantia de público e clientela que, na maioria das vezes, é acessada por uma camada de nível econômico mais baixo da população, local de fácil acesso e intensa transição de pessoas, podendo assim ser considerado um eixo de especialização de consumo popular, vendidos a varejo ou atacado.

Ao fazermos referência sobre a presença dos camelôs do eixo central da cidade e os conflitos inerentes pela disputa territorial deste local utilizado pelo diversos atores que compõem tal conjuntura, faz-se necessário atermos a compreensão do conceito de território quanto ao lugar correspondente, a partir da realidade de tal formulação, como é do uso do Centro, enquanto território compartilhado para desenvolvimento das atividades dos trabalhadores do Shopping Popular Michell Haddad, lojistas formais e composição de instituições, associações e poder público municipal.

O conceito de território é polissêmico e irá variar de acordo com suas intenções e formas de uso. A partir da geopolítica, segundo CLAVAL (1994), o

território, em uma visão política, pode ser a “apropriação coletiva de um espaço por um grupo”. Assim, “o território nasce então das estratégias de controle necessárias à vida social - uma outra maneira de dizer que ela exprime uma soberania”. Isto acaba por fazer com que o espaço perca as suas multissetorialidades, já que está em função e pelas coordenadas do domínio de alguém. Neste sentido, observa-se que a área de ocupação do Shopping Popular Michell Haddad, no centro da cidade, acaba gerando disputa em suas representações, como os lojistas formais, instituições, associações e poder público, que supõem que a presença dos ambulantes no Centro destitui a valorização de tal espaço em detrimento de consumo e atração do mercado; além de evidenciar que sobre tal área se concentram e permeiam interesses particulares em questões. Ainda segundo o território, RAFFESTIN (1993) oferece chaves de análise e possibilidades de aplicação do conceito, afirmando que “o território se forma a partir do espaço, sendo o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático. Ao se apropriar de um espaço, o ator territorializa o espaço”. Neste sentido, o autor evoca que o espaço é “local de possibilidades”, e será onde se permeiam as relações de poder que se articulam a todo instante em direção aos interesses políticos, econômicos dos atores envolvidos.

Evidentemente, tais interferências que conduzem as ações estratégicas sobre os usos do território, como o caso da inserção do Shopping Popular Michell Haddad no Centro da Cidade, provocam interações entre relação do poder público e atores locais, causando questionamento do que HARVEY(2009) propõe quando afirma que “o direito à cidade significa que todos nós temos de criar cidades que satisfaçam as necessidades humanas(...)”, indo então além daquilo que já existe em termos de acesso, ressaltando que tal direito é um dos direitos humanos mais negligenciados; e, por isto, referencia-se em PARK *apud* HARVEY (2009), quando propõem-nos refletir que, historicamente, o que impulsiona o processo urbano são as poderosas forças sociais.

Como a presença dos camelôs e seus usos nos espaços centrais da cidade se coloca como um problema público a ser resolvido, ASSIS (2011) afirma que “a entrada e permanência no Centro é fruto de uma série de negociações, seja com seus pares, com lojistas ou mesmo com o poder público municipal”. Nisto percebe-se que as práticas deste comércio ambulante na cidade sempre foram administradas por meio das políticas, por momentos de repressão, tolerância ou negociação. A

proposta de retirar os comerciantes informais das ruas centrais e situá-los em um conjunto pode ser vista como saída e resposta de uma política municipal na tentativa de solucionar tal problema, com intuito de que a construção do Shopping Popular Michel Haddad e a localização fixada visava o ordenamento do espaço urbano, buscando a desobstrução das ruas do centro e do calçadão, agregando os camelôs que ali ficavam espalhados, concentrando-os então num mesmo conjunto.

O próprio camelódromo se constitui como um projeto de reforma urbana que visava a —limpeza das ruas e possui grandes implicações em termos objetivos e subjetivos em torno da prática da camelotagem, dada a dimensão de controle, passível de ser exercido em seu mais alto grau pela prefeitura com relação aos camelôs nele instalados. (ASSIS, 2011, p.11).

Percebe-se que a ação do governo municipal vem como principal articulador para evitar a recorrência de conflitos, enquanto uma política isolada local, o que deste modo tende a legitimar o compromisso deste setor às propostas do governo em que se desenvolveu tais ações. Neste sentido, segundo MAMANI (2015), “este arranjo montado pela prefeitura municipal, a partir de 1991- ocasião da criação do camelódromo de Campos- batizado de Michel Haddad- tem servido, para evitar, por mais de 20 anos, maiores conflitos entre camelôs e comerciantes. ”.

Diante deste cenário, a última “cartada” foi dada em 25 de março de 2010, quando, por uma ação da polícia federal e receita federal, foram apreendidas todas as mercadorias dos camelôs que não possuíam nota fiscal das mesmas e fechamento dos boxes. O retorno ao trabalho dos camelôs só seria possível mediante a instrução da prefeitura pelo cadastramento como Microempreendedor⁶ ao Sebrae. Desta forma, os ambulantes foram orientados a se legalizar como microempreendedores individuais, o que amplia a possibilidade de comprar mercadorias pelo de um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica, o que facilita empréstimos, formalizando agora as suas condições de trabalho, mediante a sociedade e órgãos representativos.

⁶ De acordo com o Portal do Empreendedor, “microempreendedor Individual (MEI) é a pessoa que trabalha por conta própria e que se legaliza como pequeno empresário”. A Lei Complementar nº128, de 19/12/2008 regulamenta e abre possibilidades para o trabalhador visto antes como informal legalizar. Para ser um MEI, é necessário faturar no **máximo até R\$ 60.000,00** por ano e não ter participação em outra empresa como sócio ou titular. Pode-se perceber que com contribuições mensais o trabalhador microempreendedor, possui maiores garantias no sentido de que tais contribuições possibilitam estarem mais “protegidos”, mediante ao recebimento de seguros previdências, como: salário-maternidade, auxílio-doença, aposentadoria, dentre outros.

A partir desse contexto, emerge a proposta da reforma do Shopping Popular Michel Haddad. Contudo, o poder público municipal buscou postergar a remoção dos camelôs do Centro até o início de 2014, com possíveis soluções consensuais, o que, segundo MAMANI (2015), a saída desta problemática ocorre quando o poder municipal propõe a expansão dos boxes do Shopping Popular Michel Haddad, incorporando os camelôs centrais junto ao mesmo. Desde anos anteriores, a proposta de reforma do espaço já vinha sendo cogitada, bem como a transferência provisória do *lôcus* produtivo. Realmente, havia a necessidade da reforma, pois o espaço desde que implantado não teve reparos, o que trouxe, durante anos, desgaste na estrutura, fiações elétricas, entre outras razões. Porém, tal proposta gerava insegurança e temor nos camelôs já inseridos no local de para onde iriam, após anos de experiências e relações construídas naquele local; como se alocariam, como reconstruir uma história, cultura, laços criados com a clientela. Nessa perspectiva, SANTOS (2008) diz, que “as cidades interagem ao máximo com a área de ação correspondente à sua ordem, o nível dos serviços nelas existentes tem um efeito certo sobre a região”; além da proximidade ao Mercado Municipal da Cidade e feira, que corrobora para ligação e ideia de pertencimento ao local.

Toda resistência à transferência e mudança do local de trabalho vem a ser identificada também por uma vivência construída, o que ultrapassa o significado de ser somente um local de trabalho, ali os camelôs enquanto sujeitos sociais e protagonistas deste espaço criaram vínculos e estratégias para sobreviver em um lugar que de certo inseguro, mas que possibilitou a subsistência de suas respectivas famílias, despertando a identidade deste lugar e capacidade de negociações desperta e fortalece nestes trabalhadores a questão de posse e pertencimento ao espaço.

Muitas foram as dificuldades para a retirada dos camelôs do espaço de produção e transferi-los para um novo local e assim reintegrá-los às suas práticas. Diante disto, o governo municipal aglutinou a essa etapa parceiros e representantes do próprio camelô, para maior abertura de negociações e diálogos. Após várias tentativas, o governo municipal conseguiu convencê-los a serem transferidos para uma região próxima ao local de origem, na justificativa que logo após a transferência dos camelôs, o Mercado Municipal, feirantes e peixaria, também seriam transferidos para reforma também do mesmo, já que aquele espaço também carecia de benfeitorias.

Sendo assim, no início do ano de 2014, foi realizada a transferência dos camelôs para o novo local, conhecido como Parque Alberto Sampaio, porém pode-se perceber que as dificuldades se multiplicaram para esses trabalhadores após a retirada de seu *lócus* produtivo. No momento da transferência, realizou-se algo anteriormente pretendido, que seria a retirada dos camelôs dos terminais centrais e a junção dos mesmos neste novo espaço; compreendendo agora então no local, 516 boxes.

Cada homem vale pelo lugar onde está: o seu valor como produtor, consumidor, cidadão depende da sua localização no território. Seu valor vai mudando, incessantemente, para melhor ou pior em função das diferenças de acessibilidade (tempo, frequência, preço), independentes de sua própria condição. (...) Pensamos, antes de tudo, que o espaço não é uma estrutura de aceitação, de enquadramento ou coisa que o valha, mas uma estrutura social com as outras. (SANTOS 2008 p. 107,108).

A fim de saber sobre os impactos e prejuízos inerentes à proposta de reforma, foram realizadas entrevistas com os trabalhadores do Shopping Popular Michell Haddad, como resultado de um trabalho de conclusão do curso de Pós Graduação em Políticas Sociais e Serviço Social Contemporâneo na Universidade Federal Fluminense de Campos dos Goytacazes/RJ, baseando-se em uma pesquisa qualitativa buscando compreender, pelas falas dos sujeitos que vivenciaram o processo de reforma e transição espacial do *lócus* produtivo, suas percepções os sujeitos vivenciaram esse processo. A realização das entrevistas e seu roteiro⁷ foi direcionada aos trabalhadores, num total de oito entrevistas, a partir do método “bola de neve”, em que os próprios entrevistados indicam outros sujeitos a serem entrevistados; deste modo seguiram as entrevistas.

No discurso dos entrevistados percebe-se bastante o uso do termo “a gente”, mesmo que as entrevistas estivessem sendo direcionadas individualmente, o que remete a uma ideia de pertencimento àquele grupo e participantes da mesma dinâmica social. Nota-se, por meio das falas, que as dificuldades se multiplicaram para esses trabalhadores após a retirada de seu *lócus* produtivo, no sentido de que o espaço oferecido para o desempenho de suas atividades produtivas não os favoreceu, e a maioria dos entrevistados remete preferência ao local anterior, o que favorecia a venda, a amplitude de acesso da população ao local, apontando anteriormente

⁷ Incluso no apêndice deste trabalho

viajavam semanalmente a São Paulo para fazer as compras e revender e que no local provisório como não tem vendido as viagens tem sido escassas.

Ainda lembram de como foi o momento da saída e transferência, pontuando que um dia ao chegarem para trabalhar “*cortaram as luzes e água, fecharam e lacraram as bancas, e daí em diante não se tinha mais o que fazer*”, enfatizando que foram para o novo local provisório obrigados e que muitos ainda tiraram suas mercadorias no escuro. Percebe-se assim a ideia de comportamentos “autoritários” por parte do poder público para dar continuidade aos seus projetos.

Ressaltam que, com a queda das vendas, alguns estão complementando a renda com outras atividades, e, nisto, percebe-se que o Shopping Popular Michel Haddad atende a uma função social quanto à manutenção e ao sustento de várias famílias da sociedade campista. Coletivamente, percebe-se que construíram, ao longo do processo, algum tipo de resistência ou mobilização por parte dos trabalhadores, mas tais manifestações não foram suficientes para alterar, mudar ou melhorar a situação em que eles se encontravam. Isto chama atenção para os movimentos dos camelôs enquanto classe, que, mesmo realizando protestos pontuais, sendo divulgados pela mídia, tais ações não tiveram força suficiente para gerar a visibilidade e alterar questões que buscavam serem resolvidas; alegam ainda que há falta do poder público quanto acesso, esclarecimento e transparência para com eles.

Sobre a articulação da AVASP (Associação de Vendedores do Shopping Popular Michel Haddad), e como ela contribui, nota-se que uma parcela dos entrevistados não está satisfeita com as ações, percebe-se que como na questão de classe há uma fragmentação em relação aos representantes da associação e a classe dos permissionários, e que a relação com o poder público denota a percepção de ajuda, para os indivíduos que ali compõem o Shopping Popular Michel Haddad, se contrapondo à perspectiva de direitos enquanto formuladores da cidadania.

Quanto a serem considerados microempreendedores, nota-se que esta iniciativa do governo municipal abriu as possibilidades legais para os permissionários, porém nem todos estão podendo manter este compromisso e participar do processo, devido ao momento de instabilidade que o local provisório

traz. Sobre a representação do Shopping Popular Michel Haddad para os permissionários, nota-se que a mudança e a transferência do *locus* produtivo modificou os meios de vida, contextos social e econômico dos indivíduos ali inseridos, revelando assim que a proposta de reforma vinda como solução resolutive de conflitos inerentes ao uso do território Central da cidade não culminou em melhorias, impactando negativamente sobre a qualidade de vida dos trabalhadores locais e culminando em prejuízos para os mesmos, o que se agrava ainda mais tendo em vista que o término da obra não terminou até o momento.

Conclusão

Mediante tais fatos evidenciados nos escritos acima, entende-se que o comércio ambulante no centro da cidade se reafirma ao longo dos anos como uma atividade típica em Campos dos Goytacazes, em um contexto marcado por conflitos que envolvem a questão do Centro da cidade como seio de desenvolvimento desta atividade, por uma relação conturbada em disputa pela rentabilidade do lugar, advindas das queixas entre comércio ambulante, lojistas formais, instituições e associações que compõem tal conjuntura.

No plano sociopolítico, quanto à relação dos ambulantes, sobretudo os do Shopping Popular Michel Haddad, evidencia-se que a gestão da prefeita Rosinha Garotinho abriu espaço para uma articulação. Contudo, percebe-se que a questão política está intimamente ligada ao viés de soluções pontuais, por ações de cunho “clientelistas”, que distorcem a noção de direito e garantias para a sociedade. Em 2016, a cidade de Campos dos Goytacazes vivenciou eleições municipais, e, durante o período eleitoral, o mesmo grupo político retornou as obras iniciadas em sua gestão, porém pressupõe-se também a intenção de obtenção de votos, já que tal território agrega elevado quantitativo populacional. Nisto a permanência dos camelôs no eixo central da cidade parece estar vinculada a forças políticas que por vezes articularam mediante medidas o desenvolvimento das atividades do setor informal e a manutenção deste segmento a partir de sua implantação, moldando a economia informal do município e por outras vezes atendem as exigências dos empresários formais, a partir dos condicionantes políticos locais.

Atualmente, não se sabe quais as medidas da política municipal para com o Shopping Popular Michel Haddad, já que houve alteração do quadro da gestão

municipal da cidade, a partir das eleições em 2016, o que envolverá articulação de novos atores e um novo contexto sobre os rumos do local. Portanto, é necessário refletir sobre como se dá a conciliação dos espaços públicos da cidade, as relações do poder e a concorrência desigual dos interesses do capital, no que diz respeito ao compartilhamento, circulação, interação e acesso das pessoas ao cotidiano construído na cidade. Assim, formula-se que a proposta de reforma para o empreendimento do Shopping Popular Michel Haddad não tenha sido pautada na perspectiva de isonomia e atendido ao interesse social, principalmente para a questão da dinâmica de trabalho dos sujeitos que ocupam este espaço.

Nota-se que este setor, ao longo dos anos, permanece pela sua tradição cultural na cidade, sendo importante para a economia campista, também para as famílias e classes que deste setor se abastecem, contudo há que se destacar a forma como o poder público municipal lida com este segmento, já que o empreendimento de reforma que visava trazer melhorias não teve seu êxito esperado, resultando, assim, em um momento de dificuldade, em que talvez a saída para resolução desta problemática fosse a conclusão das obras que se encontram atrasadas até o atual momento, sendo ainda a esperança de melhoria e reversão do quadro crítico no qual os trabalhadores do Shopping Popular Michel Haddad se encontram imersos.

Referência bibliográfica:

ASSIS, Renan L. Cidade e “camelôs”: Trabalho e identidade em Campos dos Goytacazes. **Revista Eletrônica de Ciências Sociais**, ano 4, ed. 10, maio/ago. 2010.

ASSIS, Renan L. **As vulnerabilidades de uma carreira**: os camelôs do terminal e a cidade de Campos dos Goytacazes como um espaço de luta por reconhecimento. Campos dos Goytacazes/RJ. 2011.

CLAVAL, Paul. **Géopolitique et géostratégie**: la pensée politique, l'espace et le territoire au XXe siècle. Paris: Nathan, 1994. (Col. Géographie).

FREITAS, Carlos Roberto Bastos. **O Mercado Municipal de Campos dos Goytacazes**: a Sedução Persistente de uma Instituição Pública. 2006. 166f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política) - Universidade Estadual do Norte Fluminense, Campos dos Goytacazes.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. Tradução de Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.

HARVEY, David. Alternativas ao neoliberalismo e o direito à cidade. **Novos Cadernos NAEA**, v. 12, n. 2, p. 269-274, dez. 2009.

HARVEY, David. A liberdade da cidade. **GEOUSP, Espaço e Tempo**, São Paulo, n. 26, p. 9-17, 2009.

LEMOS, L. M. Investigação sobre o Perfil do Trabalho Informal em Campos: um Enfoque sobre os Trabalhadores de Rua (Camelôs). *Boletim técnico* 3, Campos dos Goytacazes, Observatório Socioeconômico maio, 2010a, p. 1-16.

MAMANI, Hernan Armando. Modelos de política urbana e quadros morais da implementação local: a experiência do camelódromo de Campos dos Goytacazes. In: ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS, 39., 2015. **Anais...**

MAMANI, Hernan Armando. **Vida Metropolitana e Transporte Informal**: estudo do Rio de Janeiro nos anos 90. 2004. 421 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - IPPUR-UFRJ, Rio de Janeiro, 2004.

MOTA, Elisabete (Org). **A nova fábrica de consensos**: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao serviço social. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

PARK, Robert Erza. A cidade: sugestões para a investigação. In: VELHO, Otávio Guilherme (Org). **O Fenômeno Urbano**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.

SANTOS, Milton. **Espaço e método**. 5.ed. São Paulo: USP, 2008.

SANTOS, M. Involução Metropolitana e economia segmentada: O caso de São Paulo. In: Ribeiro, Ana Clara Torres; Machado, Denise Pinheiro (Org.). **Metropolização e rede urbana: perspectivas dos anos 90**. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ, 1990.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. Mercado de trabalho, ontem e hoje: informalidade e empregabilidade como categorias de entendimento. In: SANTANA, M. A.; Ramalho, J. R. (Orgs.). **Além da fábrica: trabalhadores, sindicatos e a nova questão social**. São Paulo: Boitempo, 2003, p.140-178.

SILVA, Luiz Antônio Machado da. **Mercados metropolitanos de trabalho manual e marginalidade**. 1971. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós - Graduação em Antropologia do Museu Nacional, Rio de Janeiro, 1971.

SOUZA, Jessé. **A Construção Social da Subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica**. Belo Horizonte: UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2003. (Coleção Origem).

RAFFESTIN, Claude. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

APÊNDICE

Roteiro de Entrevista

- 1- Sobre as condições anteriores em que trabalhavam em relação ao local, organização, estrutura, retorno financeiro, qual sua opinião?
- 2- Você era favorável à mudança ou não?
- 3- E para o local em que agora estão inseridos, o que considera? Quais as consequências que o novo local trouxe?
- 4- Enquanto grupo, houve algum tipo de resistência, mobilização por parte de vocês enquanto trabalhadores do local? Qual a interface e diálogo do poder público durante o processo e agora?
- 5- Como você visualiza a AVASP (Associação de Vendedores Ambulantes do Shopping Popular Michel Haddad)? Como ela contribui?
- 6- Qual a sua opinião a respeito de hoje ser considerado um microempreendedor? Mesmo com as dificuldades nas vendas, você tem conseguido pagar e manter em dia o carnê?
- 7- O que significa/representa o Shopping Popular Michel Haddad?